



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

terça-feira, 15 de julho de 2014

Ano II - Edição nº 00211 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu publica



Avenida José Antonio da Silva | 55 | Centro | Cabaceiras do Paraguaçu-Ba

www.pmcabaceirasdoparaguacu.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8414FB478008F4E59FD862CB82498A7

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

SUMÁRIO

- Aviso de Licitação Fracassada. Pregão Presencial-Registro de Preços Nº 017/2014.
- Parecer Técnico Concorrência Pública 01/2014
- Decreto de Nº 072/2014 de 10 de Julho de 2014.
- Decreto de Nº 073/2014 de 13 de Julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

Pregão Presencial



ESTADO - BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO – COMISSÃO DE PREGÃO



Nº de página

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU
CNPJ.:13.866.892/0001-50

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2014.

O Município de Cabaceiras do Paraguaçu/BA torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017-PRP/2014, cujo objeto e aquisição futura e eventual de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, foi considerada FRACASSADA, tendo em vista que os valores apresentados nas propostas de preços das licitantes presentes encontram-se acima do valor estimado pela Administração. Cabaceiras do Paraguaçu/BA, 15 de julho de 2014. Edmilson da Cruz Alves - Pregoeiro.

Av. O Navio Negroiro, 55 – Centro – Cabaceiras do Paraguaçu –Ba. Telefax: 75-3681-1129
CEP.: 44.345-000 - CNPJ: 13.866.892/0001-50

1

Avenida José Antonio da Silva | 55 | Centro | Cabaceiras do Paraguaçu-Ba

www.pmcabaceirasdoparaguacu.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
10FBB81EA19085413C61C11AADF91760

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

Concorrência

**ESTADO - BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA**
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO – COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº de página

PARECER TÉCNICO**REFERÊNCIA: Respostas aos questionamentos realizados na sessão de Julgamento da Concorrência Pública 01/2014, realizada em 07/07/2014.**

CONSIDERANDO que os princípios da vinculação ao instrumento convocatório; do julgamento objetivo, bem como da legalidade e da Isonomia, são os pilares que disciplinam as licitações públicas e estes, devem ser respeitados tanto pelos Licitantes interessados em participar da Licitação, bem como pela Comissão de Licitação;

Considerando ainda, que é dever do Administrador Público adotar os procedimentos necessários para gerir os recursos públicos com eficiência, eficácia e economicidade. A Comissão de Licitação de Cabaceiras do Paraguaçu, no uso de suas atribuições legais, e, após análise das indagações constantes na referida Ata, com base na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e documentos de habilitação apresentados pelas empresas presentes, na referida sessão decide:

a) Manter Inabilitada a empresa STC SANTANA CONSTRUÇÕES, por a mesma ter desatendido dentre outras exigências do item 17.3 "c" (ausência da Garantia de participação) e do item 17.4 "c" (comprovação de vínculo profissional em nome de outro empregador). Nesse sentido vale esclarecer, que essa exigência está em conformidade com o artigo 31 e 30 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Ainda sobre a importância das exigências citadas acima é salutar registrar que: A garantia constante no inciso III do artigo 31 da lei 8666/93, trata-se da garantia de manutenção das propostas ou garantia da participação, no qual demonstrará indício de saúde econômico-financeira do licitante. Geralmente é exigida a garantia preliminar nas licitações de grande vulto. Destarte, a exigência torna-se ilegal caso ultrapasse à 1% do valor estimado da contratação, que não é o caso. No mesmo sentido a exigência constante no artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, possui importância de sua importância, pois, é a "comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características". Ocorre que, a citada empresa não comprovou que possui a referida capacidade, pois, apresentou o contrato de prestação de serviço em nome de OUTRO CONTRATANTE, qual seja, CCX CONSTRUÇÕES E PRODUTOS CERÂMICOS LTDA –ME.

b) Inabilitar a empresa TECNOLOGICA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, por desatender o Item 17.3 "a" (certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida, em até 90 (noventa) dias anteriores a data de realização da licitação). A mencionada empresa apresentou a referida certidão expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, via internet, vencida desde 28/05/2014. O edital é bastante cristalino ao citar na referida exigência "sede da Licitante", esta sim, é que poderia ser emitida pelo prazo de 90 (noventa) dias anteriores a data de realização da licitação. Ainda que pese, essa exigência esta muito bem exemplificada na alínea seguinte do referido item (17.3.a.1). Apresentação do balanço patrimonial em desacordo com o item 17.3 "b", pois, não consta no mesmo os lançamentos diários/mensais no livro diário geral, além de ter apresentado os índices de liquidez sem assinatura do contador responsável pela empresa, vejamos: (balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração do índice de Liquidez Geral, do índice de Liquidez Corrente e do Grau de Endividamento, obtidos de acordo com a fórmula a seguir discriminada, assinadas pelo Contador

Av. O Navio Negroiro, 55 – Centro – Cabaceiras do Paraguaçu – BA. Telefax: 75-3681-1129
CEP.: 44.345-000 - CNPJ: 13.866.892/0001-50

1

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu**ESTADO - BAHIA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU – BA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO – COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Nº de página

responsável pela empresa), por fim vale salientar que a certidão de regularidade profissional DHP do contador responsável, encontra-se vencida desde 10/06/2014.

c) Inabilitar a Empresa PEDREIRA ENGENHARIA, por a mesma ter desatendido o item 17.3 "b" no que tange a apresentação do balanço patrimonial. A referida empresa embora tenha apresentado o balanço, o mesmo está incompleto, pois, não constam os lançamentos diários/mensais no livro diário geral, verifica-se ainda que além do balanço apresentado não possui os devidos lançamentos, as poucas páginas existentes sobre estes possuem uma seqüência numérica incompatível com as informações apresentadas no referido balanço, exemplificando: página 01- Termo de Abertura; seguidamente a esta, vem a folha 069, 70,71;72;73, 74; 75 e por fim a página 76 que é o Termo de Encerramento do balanço. Registra-se ainda, que a Certidão de Regularidade Profissional /DHP, constante no mesmo refere-se ao registro de livro diário nº 13, incompatível com a data de abertura da referida empresa, tendo como base a data constante de abertura no Cartão de CNPJ (09/12/2010). Dessa forma o mesmo esta incompleto impedindo que a Administração conclua pela suficiência dos elementos exigidos para análise;

d) Inabilitar a empresa PARAVELL CONSTRUTORA, pela mesma esta impedida em participar da referida licitação em conformidade com artigo 9 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações

c) Habilitar a empresa SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES, pois, a mesma apresentou todos os documentos exigidos para habilitação, conforme item 17.2.2 do instrumento convocatório.

Nesse sentido é de boa monta esclarecer que o fato da referida empresa possuir no seu contrato social, cláusula terceira, o sócio GILSON JESUS DE SOUZA JÚNIOR, menor de idade, a Cláusula Sétima do mesmo contrato social, é taxativa em declarar que a administração da sociedade caberá ao Sócio GILSON JESUS DE SOUZA. Nesse sentido é oportuno esclarecer que não há vedação legal do menor não emancipado como sócio de empresa, inclusive a corrente amplamente majoritária, aceita pelo STF e defendida por Tavares Borba, Anco Márcio Valle, Sergio Campinho, entende que o menor não emancipado pode ser sócio, desde que preenchidas algumas condições, tais como: O menor não pode exercer a administração em hipótese alguma, porque o administrador, ainda que o capital esteja integralizado, responde civilmente pela prática de algum ato ilícito, dentre outros.

Em relação o comprovante de caução apresentado pela empresa SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES, conter o CPF do Sócio Administrador e não o CNPJ da empresa, esta nítida que houve um erro formal, pois, não viciou e nem tornou inválido o depósito realizado. Salienta-se mais uma vez que a finalidade do depósito foi alcançada vez que a quantia encontra-se na conta caução da prefeitura, constando como caucionário a empresa SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA- EPP.

Pelo exposto acima e ciência dos interessados, a Comissão de Licitação encontra-se a disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos, em tempo informa que a partir da publicação deste, encontra-se aberto o prazo recursal, conforme artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

Cabaceiras do Paraguaçu, 14 de Julho de 2014**EDNALDO DA PAZ OLIVEIRA**
Presidente da CPL**GILSON OLIVEIRA DE SANTANA**
Membro**EDMILSON DA CRUZ ALVES**
Membro

Av. O Navio Negroiro, 55 – Centro – Cabaceiras do Paraguaçu – BA. Telefax: 75-3681-1129
CEP.: 44.345-000 - CNPJ: 13.866.892/0001-50

2

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

Decreto



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu
Secretaria de Promoção e Assistência Social



DECRETO DE Nº 072/2014 DE 10 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação dos membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no âmbito de Município de Cabaceiras do Paraguaçu, os membros Titulares e Suplentes a seguir, indicados pelas suas respectivas representações:

1. REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Titular

DAIANNE SACRAMENTO DOS SANTOS

Suplente

VALTER SACRAMENTO RODRIGUES

REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular

CLAUDIO RODRIGUES PASSOS DA CUNHA

Suplente

CIRLEIDE MACHADO BRAZ

3. REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular

ELISANJA DA CRUZ SILVA

Suplente

HILDENE NUNES DE ARGOLO

Avenida Navio Negroiro, S/N – Centro, Cabaceiras do Paraguaçu – BA, CEP: 44345-000 (75)3681-1129

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu
Secretaria de Promoção e Assistência Social



4. REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

Titular

IONE DA SILVA ARAGÃO

Suplente

JOILSON DOS SANTOS SACRAMENTO

5. REPRESENTANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular

JAMILE DA SILVA E SILVA

Suplente

THAISE PAZ PASSOS

6. REPRESENTANDO O COMÉRCIO DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU:

Titular

FABIANA SILVA PASSOS

Suplente

JADILSON ALVES COSTA

7. REPRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO TRABALHANDO PARA PRODUZIR DO POVOADO DE SOBRADO

Titular

EVANI BORGES OLIVEIRA DA SILVA

Suplente

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA

8. REPRESENTANDO O COLÉGIO EDUCANDÁRIO TERESA DE LISIEUX:

Titular

JOSEMARIA MOREIRA SENA

Suplente

FÁTIMA SALES DE PAULA

9. REPRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO SAGRADA FAMÍLIA:

Titular

ANA CÉLIA PEREIRA CONCEIÇÃO

Suplente

PLÁSCIDA GOMES ESTRELA

10. REPRESENTANDO A PASTORAL DA CRIANÇA:

Titular

CLEIDE REGINA SANTOS DOS SANTOS

Suplente:

MARIÁ MASCARENHAS SERRA

Avenida Navio Negreiro, S/N – Centro, Cabaceiras do Paraguaçu – BA, CEP: 44345-000 (75)3681-1129

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu
Secretaria de Promoção e Assistência Social



11. REPRESENTANDO AS IGREJAS:

Titular

MARIVLADO ALVES PASSOS

Suplente:

REGIANE BISPO DO VALE

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, 10 DE JULHO DE 2014.

PAULO ANDRÉ BRAZ SILVA
Prefeito Municipal

Avenida Navio Negreiro, S/N – Centro, Cabaceiras do Paraguaçu – BA, CEP: 44345-000 (75)3681-1129

Avenida José Antonio da Silva | 55 | Centro | Cabaceiras do Paraguaçu-Ba

www.pmcabaceirasdoparaguacu.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
1F22CA9BB91FE699C28ECD38247D0BEC

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu

Decreto



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu
Gabinete do Prefeito



=====

DECRETO DE Nº073/2014 DE 13 DE JULHO DE 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como emergencial a área do Município de Cabaceiras do Paraguaçu.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABACEIRAS DO PARAGUAÇU, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Incisos I e II, do Art.23, promulga em 13 de junho de 1990. Em conformidade com a Lei 12.340 de 01 de dezembro de 2010, com o art. 7 de decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e demais disposições legais vigentes e, CONSIDERANDO – Que a Administração Pública é regida pelo Princípio da continuidade dos serviços públicos, de forma que a máquina pública não pode parar de exercer as atividades de sua competência;

CONSIDERANDO – Que o Município de Cabaceiras do Paraguaçu, que inúmeras localidades tem um grande numero de moradores não possuem água potável, tornando-se inviável a sobrevivência.

DECRETA:

ART.1º- Fica decretada a existência de **situação anormal** provocada por falta de água potável, caracterizada como Situação de Emergência.

ART. 2 – Ficam as Secretarias Municipais autorizadas a adotarem as ações e medidas urgentes necessárias para o atendimento das famílias afetadas.

ART. 3º - O Poder Executivo Municipal encaminhará cópia desse Decreto a todos as órgãos pertinentes a esse, para devidas finalidades legais.

ART. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação devendo vigorar por período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 180 dias, revogadas as disposições em contrário.

Avenida Navio Negroiro, S/N – Centro, Cabaceiras do Paraguaçu – BA, CEP: 44345-000 (75)3681-1129

Avenida José Antonio da Silva | 55 | Centro | Cabaceiras do Paraguaçu-Ba

www.pmcabaceirasdoparaguacu.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8414FB478008F4E59FD862CB82498A7

Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu
Gabinete do Prefeito



=====

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de julho de 2014.

Paulo André Braz Silva

Prefeito Municipal

Avenida Navio Negroiro, S/N – Centro, Cabaceiras do Paraguaçu – BA, CEP: 44345-000 (75)3681-1129

Avenida José Antonio da Silva | 55 | Centro | Cabaceiras do Paraguaçu-Ba

www.pmcabaceirasdoparaguacu.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
F8414FB478008F4E59FD862CB82498A7